
UM BREVE RELATO SOBRE A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO PELA FORMA DE ENSINO A DISTÂNCIA NO BRASIL¹

A BRIEF REPORT ON THE HISTORY OF EDUCATION THROUGH DISTANCE TEACHING IN BRAZIL

Maiara Sobral Silva

Jornalista e doutoranda em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU)

maiara@ifto.edu.br

6

Resumo

O presente artigo apresenta de forma sucinta a trajetória da Educação a Distância no Brasil, abordando os projetos e programas adotados no país que buscaram levar o ensino nessa modalidade. Essa retrospectiva tem como referências basilares Romanelli (2009), Lima (1975) e Côrrea (2000). O trabalho consiste em uma revisão bibliográfica, que por meio da busca em livros e artigos sobre a temática busca explicitar, inicialmente, a relação entre a Educação a Distância e a formação de professores.

Palavras-chave: Formação de professores; Educação nacional; Tecnologias na educação.

Abstract

This article briefly presents the trajectory of Distance Education in Brazil, approaching the projects and programs adopted in the country that sought to bring teaching in this modality. This retrospective has Romanelli (2009), Lima (1975) and Côrrea (2000) as basic references. The work consists of a bibliographic review, which, through a search in books and articles on the subject, seeks to initially explain the relationship between Distance Education and teacher training.

Keywords: Teacher training; National education; Technologies in education.

INTRODUÇÃO

A escola como instituição disciplinadora tem um papel muito importante, como preconizam a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), de constituir o bicho-homem em cidadão-homem. Essa cidadania é considerada o momento em que o sujeito se apropria dos seus direitos e deveres, quando ele aprende o que é ou não legal segundo as normas que definem o contrato social de tal Estado.

Nesse sentido, para ofertar essa cidadania aos sujeitos surgem diversas formas de ensino, entre elas está a Educação a Distância, que consiste no ensino mediado por tecnologias. Para alguns essa mediação parece ser recente e dependente do advento da Internet, mas como será detalhado no resgate histórico desse artigo, no Brasil, essa forma de ensino já era adotada antes da

popularização da Internet.

Sendo assim, o presente artigo não visa avaliar os efeitos da relação nessa forma de ensino, mas sim traçar um histórico no Brasil e abordar como seu uso está diretamente ligado à formação de professores.

Como metodologia, neste trabalho foi utilizada a revisão bibliográfica, que consiste na busca por livros, artigos de periódicos e notícias relacionados à temática, ou seja, à educação a distância e à formação de professores.

7

HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NO BRASIL

Engraçado como passamos anos indo e voltando da escola e na hora de definir o que é escola? Cadê as palavras? Corrêa (2000) no texto 'O que é a escola' traz alguns norteadores para uma possível resposta a essa pergunta, aparentemente inocente, mas cheia de implicações.

As missões jesuíticas chegaram ao Brasil em 1549, quase 50 anos depois do assim chamado descobrimento. Elas tinham o objetivo de tornar cristãos os nativos, dessa nova terra. Em um primeiro momento, os jesuítas não conseguiram convencer os índios a mudarem seus hábitos e costumes, por isso a estratégia para conversão destes foi mudada, foram criados os aldeamentos.

Nas aldeias, os índios foram obrigados a se fixar, não podendo mais praticar o nomadismo, além disso, eles começavam a ser disciplinados quanto a horários e atividades. Mesmo que em 200 anos de prática, entre 1549 e 1759, os jesuítas, portugueses estabelecidos ao longo do litoral brasileiro, só tenham criado 17 colégios, eles instruíram um novo *locus* de ensino-aprendizagem: “este controle cotidiano da vida profana é onde se concentra a força da pedagogia jesuítica” (Corrêa, 2000, p. 57).

É importante destacar que, até o ano de 1808, quando a Família Real Portuguesa chegou a sua até então Colônia, “eram proibidas escolas, jornais, circulação de livros, associações, discussão de ideias, bibliotecas, fábricas, agremiações políticas e qualquer outra forma de movimento cultural ou de produção livre e bens” (Lima, 1975, p. 19).

Nesse sentido, o Brasil ficou 300 anos sem nenhuma movimentação no que dizia respeito a tais fatores. Também nesse ano, o Marquês de Pombal aboliu o monopólio educacional da Companhia de Jesus, expulsando os jesuítas do país.

Com a chegada da Família Real, surgem os primeiros cursos no Brasil, com o intuito de facilitar a adaptação desta ao seu novo *habitat*.

No que se refere à educação, a primeira Constituição, promulgada em 1824, determinava a instrução primária gratuita para todos os cidadãos, mas não considerava os negros e os pobres.

Mais tarde, em 1827, é promulgada a primeira lei direcionada à educação nacional, conhecida com a primeira Lei de Diretrizes e Bases (LDB) da Educação. A referida lei recomendava a implantação de escolas primárias em todas as cidades, vilas e lugarejos mais populosos do país.

Em 1834, com a divulgação do Ato Adicional, a regulação e promoção da educação primária e secundária foram delegadas às províncias. Segundo Romanelli (2009, p. 40):

O resultado foi que o ensino, sobretudo o secundário, acabou ficando nas mãos da iniciativa privada e o ensino primário foi relegado ao abandono, com pouquíssimas escolas, sobrevivendo à custa do sacrifício de alguns mestres-escolas, que, destituídos de habilitação para o exercício de qualquer profissão rendosa, se viam na contingência de ensinar.

Até a Proclamação da República, em 1889, não foram realizados grandes feitos para a educação das massas. Quando a Colônia se torna República,

o período é bastante contraditório, pois, apesar da questão educacional começar a fazer parte das discussões políticas, numa tentativa de tornar possível a escola estatal para todos, observa-se a manutenção de vários privilégios, o que acentuou os problemas seculares da educação nacional (Guimarães-Iosif, 2009, p. 47).

Com a promulgação da Constituição, em 1891, a política de descentralização da educação, iniciada no Império, foi consolidada. Nesta, à União ficou reservado o direito de criar instituições de ensino superior e secundário nos Estados e delegado aos Estados promover e legislar sobre a educação primária.

Para Romanelli (2009, p. 41) foi

a consagração do sistema dual de ensino [...]. Era também uma forma de oficialização da distância que se mostrava, na prática, entre a educação da classe dominante (escolas secundárias acadêmicas e escolas superiores) e a educação do povo (escola primária e escola profissional).

Em 1930, começa a era Vargas, que vai até 1945, quando ele é deposto ao decretar o Estado Novo. Nesse período os direitos sociais começam a ganhar espaço na política brasileira. É preciso destacar que, no que se refere à política internacional, o mundo está passando por várias mudanças em função da Segunda Guerra Mundial (1939 a 1945).

Para Santos (1981, p.55), a partir de 1930,

É o período de extensão da estrutura capitalista no país, da constituição de um Estado forte e centralizador, é a época em que se implanta progressivamente um projeto de 'desenvolvimento nacional', em que se ampliam os 'direitos sociais da cidadania', em que se instaura uma 'política de massas', isto é, uma política de incorporação-neutralização das classes populares urbanas no quadro do populismo.

É importante salientar que, durante o Estado Novo, o papel principal da Educação era instruir o profissional para exercício de trabalhos primordiais à modernização, fase que era incentivada pela

administração pública na época.

Nesse panorama, em 1939 foi criado o Instituto Rádio-Técnico Monitor e, em 1941, o Instituto Universal Brasileiro, este último existente até hoje e responsável pela formação via correspondência na época em que foi criado.

Logo após o período Vargas (1930 – 1945), inicia-se o Governo Dutra, e com a promulgação da Constituição de 1946, os recursos para a educação voltam a ser vinculados, ponto suprimido da Constituição de 1937. Além disso, essa nova constituição inicia as discussões para a criação de uma Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional².

Dutra não representava oposição a Vargas, tanto que mais tarde, em 1951, este retornaria ao poder pelo voto popular. Ao voltar ao governo, Getúlio Vargas prossegue com sua campanha nacionalista e, pressionado para deixar o cargo de Presidente, comete suicídio em 1954.

Com a posse de Juscelino Kubitschek, em 1956, começa uma nova fase para o Brasil: a desenvolvimentista, na qual o Governo abre as portas para o capital estrangeiro com o objetivo de consolidar um projeto de modernização viabilizado pela industrialização. No que diz respeito à educação, nesse período, estão em andamento, no Ministério da Educação (MEC), os projetos que, em 1961, dariam origem à primeira LDB do Brasil.

Para Lima (1975, p. 208), após a promulgação da LDB, acontece a popularização do sistema escolar que até então era elitista e destinado às classes dominantes; ele lembra que naquele momento muitos que participavam do processo de criação da lei não viam “suas graves implicações sociológicas”.

O autor destaca que o âmago desta reforma foram

Os conselhos formados por todos os “interessados” nos problemas de educação passam a dirigir a educação nacional, inclusive a decidir o uso das reservas orçamentárias destinadas à educação do país. [...] A lei de Diretrizes e Bases visou, portanto, exclusivamente, decidir com quem ficaria o controle das verbas orçamentárias destinadas à educação nacional! Nada ocorreu no sistema escolar, propriamente (Lima, 1975, pp. 211-212).

Diante dessa exposição, percebe-se que a lei buscou amarrar e regulamentar o sistema educacional de ensino brasileiro, tornando este normatizado e padronizado, não houve muitas mudanças sociológicas; como a ampliação da oferta, subsídios para quem não tinha como deixar o trabalho para estudar ou instalação de escolas nas periferias das cidades. Enfim, na lei a popularização da educação era fato, mas, na prática, não era aplicada.

Esse breve resgate histórico faz-se necessário para compreender quais foram as diretrizes e os caminhos que a educação brasileira tomou até o Golpe Militar, deflagrado no ano de 1964.

É interessante observar que o direito à educação foi uma das preocupações dos militares, mais

ênfatisado do que em outros períodos anteriores. Mas por quê? Como estratégia militar, eles perceberam que ter uma rede de escolas no território brasileiro era questão de “ordem e progresso”, ou seja, de segurança nacional e fortalecimento do próprio Estado (Corrêa, 2006). O pós-64 pode ser considerado

[...] como um marco da finalização do Brasil como Estado. Com uma língua comum, com fronteiras demarcadas, dividido em Estados, com leis válidas em todo território expressas pela Constituição Federal, faltava investir em estratégias que garantissem que os habitantes do território não ameaçassem o governo constituído (Corrêa, 2006, p. 104).

10

Sendo assim, a escola nacional tinha o objetivo de tornar os indivíduos brasileiros em cidadãos brasileiros. Essa passagem exige a compreensão da escrita, visto que os direitos e deveres, na maioria das vezes, são expressos nesta forma. Daí surge a necessidade de uma educação baseada na cultura escrita e na transmissão de conteúdos.

Um pouco mais tarde, em maio de 1968, surge a publicação do Projeto SACI, considerado o primeiro modelo de educação a distância a ser implementado no Brasil, este nasce sob a ideia de um satélite educativo, com ampla difusão e cobertura nacional. Não é de se espantar que essa proposta surja em pleno regime militar, pois o ideal de uma escola nacional foi um dos grandes motes desse período. Sobre o SACI, Santos (1981, p. 94) afirma:

O nome proposto é, em si, um verdadeiro programa: simultaneamente uma sigla para designar “Satélite Avançado de Comunicações Interdisciplinares” e a evocação do saci, negrinho perneta e malandro do folclore brasileiro que se tornou o símbolo da alegria e da capacidade de viração das crianças das classes populares. Assim, o termo “saci” celebra num mesmo projeto o encontro da tecnologia mais avançada com a espontaneidade criadora da imaginação popular; o que, além disso, permite estampar uma imagem de marca brasileira, nacional.

Com o objetivo de formar bons professores e proporcionar um ensino de qualidade, o Projeto SACI era apresentado sob o argumento de ser um método com baixo custo para alcançar qualquer ponto do país. Além disso, no que dizia respeito às comunicações, este poderia ser uma fonte de renda.

Em 26 de setembro de 1969 é promulgado o Decreto nº 65.239, que criava uma comissão interministerial para estabelecer as orientações para um projeto acerca de um Sistema Avançado de Tecnologias Educativas (SATE), fato que demonstra a simpatia dos militares em relação ao SACI.

Curiosamente, esse projeto nasce no auge do regime militar, pois, como lembra Corrêa (2006), a escolarização dos brasileiros surge como uma estratégia militarista, uma vez que a educação para todos era uma das garantias para a segurança nacional. Pensar que a escola de hoje ainda está baseada nos modelos dessa época é questionar até que ponto a abertura política do país ampliou

o pensamento dos seus habitantes.

A escola, como aparelho ideológico do Estado, pouco mudou e ainda enfileira, desmobilizando, seus alunos durante quatro horas em uma cadeira para ouvir um professor que tudo sabe e que tudo vê.

Retomando a cronologia da história do ensino a distância no país, ou como denomina Santos (1981) teleducação, é importante destacar que o projeto SACI não foi muito longe. Seu objetivo era qualificar o quadro de professores e universalizar o ensino. Mas, em função da localização geográfica e realidade socioeconômica do Rio Grande do Norte, Estado do qual o satélite seria operado, da crise econômica brasileira, dentre outros fatores, ele não obteve êxito.

Ao abordar a Teoria Geral dos Sistemas, o projeto tinha um caráter de formação de mão de obra, pois levaria cursos para os pequenos produtores rurais, sem analisar seus contextos e práticas. E para ilustrar isso, Santos (1981, p. 209) afirma que: “É compreensível que se compre dos EUA um método de planejamento prontinho, que se faça essa 'importação de tecnologias' sem que seja levantada a mais leve indagação quanto à sua validade”.

Ao trazer um projeto já pronto, vindo de uma cultura e localização tão distantes, no caso Estados Unidos da América, reitera-se que o objetivo do projeto SACI não era levar em conta as especificidades do Brasil, fica visível que a preocupação do Estado estava mais para massificação de uma técnica do que para a valorização das características regionais, pois assim seria mais fácil garantir a ordem e o progresso no Brasil.

Na mesma época do surgimento do SACI, no contexto da transmissão radiofônica, em 1973, é criado o projeto Minerva, que ofertou cursos a pessoas com menor poder aquisitivo.

A ditadura militar, no Brasil e em outros países da América Latina, foi um período mister em reprodução de modelos americanos, desta forma é importante pensar como a Educação desenvolveu-se nessa época. Durante este regime o número de matrículas cresceu exponencialmente, corroborando que a educação para todos é mais uma questão de estratégia do que de necessidade.

A preferência por esse modelo educacional, a distância, demonstra além do interesse em atingir um maior número de pessoas, a necessidade de fixação do estudante. Essa pode ser vista como uma ação premeditada em evitar o deslocamento das pessoas da zona rural para a zona urbana, o que não atenderia aos interesses do mercado e causaria conflitos sociais.

Dessa forma, percebe-se nesses projetos a preocupação em ofertar o progresso, mas zelando pela ordem. Ainda na década de 70, em 1973, surge o Telecurso 2º grau, por meio de uma parceria entre a Fundação Padre Anchieta e a Fundação Roberto Marinho. Nesse caso, o foco era a

preparação via televisão para os supletivos de 2º grau. No ano seguinte, é criada a Fundação Centro Brasileiro de Televisão Educativa (FCTVE), nesse momento, foram utilizados programas televisivos no projeto Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL).

O próximo passo da evolução da EaD no Brasil foi nos anos 80, quando a Universidade de Brasília (UnB) cria os primeiros cursos de extensão a distância. Na mesma década, surge a TV Educativa do Mato Grosso do Sul, a TV Cultura de São Paulo e a Fundação Nacional para Educação de Jovens e Adultos.

A chegada dos anos 90 é marcada pela reformulação do Telecurso 2º grau, que passa ser conhecido por Telecurso 2000 e Telecurso Profissionalizante e pela criação do Canal Futura – canal do conhecimento.

No que diz respeito à legislação, apesar de não regulamentar a forma de ensino, a Lei nº 9394/96, Lei de Diretrizes e Bases (LDB) foi muito importante para a EaD, no entanto, mesmo com esse enfoque e delimitação da LDB, e emissão de diversos decretos e portarias, a consolidação da EaD foi feita em 19 de dezembro de 2005, por meio do Decreto nº 5.622, que define os níveis e forma de ensino que poderão ter cursos nessa forma de ensino, além de definir as competências de regulação e equiparar os cursos a distância com os cursos presenciais. O decreto caracteriza a EaD como

forma de ensino educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos.

Sendo assim, apesar de uma prática antiga, no que diz respeito a legislações, a EaD é um campo novo e aberto, e passa por um momento de explosão, em vários níveis e forma de ensino, mas especialmente no Ensino Superior. Por isso, é preciso pensar sobre essa forma de ensino, além disso, é preciso refletir sobre o papel da EaD na formação de professores no Brasil.

Essa reflexão se faz necessária, pois com o aumento dos estudantes e a redução de interessados na formação docente, o poder público tem ofertado muitos cursos na forma de ensino a distância, com o objetivo de formar professores.

À medida que a administração pública e a iniciativa privada têm investido recursos, financeiros e humanos, na oferta de licenciaturas na forma de ensino a distância, fica evidenciada a importância de trazer à tona o debate sobre a formação de professores nessa forma de ensino. A discussão não visa à desmoralização, mas sim ao apontamento dos pontos negativos e dos pontos positivos. Além disso, a reflexão acerca da preparação que os licenciados têm e que eles

percebem que têm.

A FORMAÇÃO DE PROFESSORES A DISTÂNCIA

Ao tratarmos do ensino na forma de ensino a distância, é preciso pensar como ocorre o uso das tecnologias na Educação, pois se elas forem subutilizadas não alcançarão os resultados previstos e planejados; assim, faz-se necessário repensar a forma com que se validam as aprendizagens, como destaca Lévy (1999, p. 175):

13

A evolução do sistema de formação não pode ser dissociada da evolução do sistema de reconhecimento dos saberes que a acompanha e a conduz. Como exemplo, é sabido que são os exames que, validando, estruturam os programas de ensino. Usar todas as novas tecnologias na educação e na formação sem mudar em nada os mecanismos de validação das aprendizagens seria o equivalente a inchar os músculos da instituição escolar bloqueando, ao mesmo tempo, o desenvolvimento de seus sentidos e de seu cérebro.

Nesse contexto, atualmente, surge um novo modelo de docência, o qual exige mais do docente, visto que o modelo tradicional focado na transmissão do conteúdo está sendo superado por uma nova forma de interação. Hoje, os estudantes participam mais, questionam mais e se contentam menos, o que leva o professor a buscar uma nova postura, mais de mediador e interlocutor do que de detentor do conhecimento.

Por outro lado, como foi apontado no capítulo anterior, mais do que o uso de tecnologias na sala de aula, elas têm mediado um grande número de cursos de licenciatura, ofertados na forma de ensino a distância. Sendo responsáveis por boa parte dos novos professores que chegam ao mundo do trabalho. Mas quando foi iniciado o uso das tecnologias para esse fim no Brasil?

Na década de 70, a EaD começa a ser utilizada como ferramenta com o intuito de capacitar os professores, por meio da Associação Brasileira de Teleducação (ABT) e do Ministério da Educação (MEC), que promoveram os Seminários Brasileiros de Tecnologia Educacional. Em 1979, a Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Ensino Superior (CAPES) realizou atividades experimentais para formação de professores no interior do Brasil, por meio da implementação da Pós-Graduação Experimental a Distância.

Em 1984, no Estado de São Paulo, é criado o Projeto Ipê, com o objetivo de aperfeiçoar os professores para o Magistério de 1º e 2º graus. Na mesma década, é criado o projeto “Um Salto para o Futuro”, que promoveria o aperfeiçoamento dos docentes das séries iniciais.

Em 1995, é criada a Secretaria de Educação a Distância (SEED) do MEC, que desenvolveu e implantou no ano 2000, um curso a distância com vínculo ao Projeto TV Escola, com foco na

formação de professores.

No que diz respeito à formação inicial de professores, a história da EaD é recente, o seu processo foi desencadeado pela promulgação da Lei nº 9394/96 (LDB), com estruturação a partir do ano 2000.

Inicialmente, as instituições públicas eram as principais responsáveis pela oferta, mas, em 2002, as instituições privadas entraram na disputa, agressivamente e com

um perfil completamente diferente daquele imaginado pela legislação e, mesmo, daquele praticado pelas instituições públicas: de uma atividade complementar e subsidiária à educação presencial, tornou-se objeto importante na disputa do mercado educacional (Giolo, p. 1212, 2008).

Com a oferta dos cursos de licenciatura na forma de ensino a distância em expansão, criou-se um dilema para a atividade de formação docente, em especial para aqueles ofertados na forma de ensino presencial. Segundo Giolo (p. 1217, 2008):

Esse fenômeno, de certa forma, alterou o sentido da Educação a Distância: em vez de ser uma forma de ensino capaz de ampliar o raio de atuação da educação superior para além da esfera abrangida pela educação presencial, tornou-se concorrente da presencial, ou melhor, para certos cursos, ela se constituiu numa ameaça, pois pode praticar preços menores, além de oferecer outras facilidades práticas ligadas ao tempo, ao espaço e aos métodos de aprendizagem.

A pesquisa acena para a necessidade de analisar esse fenômeno e estudar a formação de professores na forma de ensino a distância, como acontece a formação dessa pessoa que teve sua trajetória escolar marcada pelo ensino presencial e agora está aprendendo a distância como vai ensinar em uma sala de aula presencial. Quais as estratégias adotadas e necessárias no ensino de metodologia e estágio? Esses alunos estão e se sentem preparados?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É necessário analisar os porquês e os para quês do *boom* do ensino a distância, uma vez que nem sempre a intenção da expansão está calcada no acesso disponível a todos, mas sim em um atendimento à sociedade de consumo. Dessa forma, é preciso rever os interesses e investigar até que sentido o foco está na inclusão dos excluídos e no aumento do leque de oportunidades.

A potência do indivíduo tem sido limitada à conclusão de cursos formais, você vale pelo que é diplomado. Não é questão de ignorar a importância desses currículos e cursos, mas urge a necessidade de se reconhecer os saberes e competências desvinculados dessa formação, pois a pessoa tem de ser avaliada pelo seu conhecimento, visto que nem sempre um diploma é sinônimo de saber.

Portanto, o debate quanto a se o uso das tecnologias na educação é bom ou ruim deve ser transposto, é preciso discutir suas metodologias, o saber e o como fazer, uma vez que um recurso tecnológico digital utilizado de maneira analógica não é o adequado. Sendo assim, a postura do docente é um dos diferenciais nessa relação. É preciso que esse sujeito esteja aberto ao novo e ao diálogo, para assim então promover uma nova forma de saber,

Indo além da forma educacional, persiste uma dúvida: por que o modelo matemático da comunicação atende tão bem à educação? Continuarei na busca pelas respostas, digo respostas, porque vários fatores influenciaram e influenciam essa educação baseada no conteúdo. Tanto é que por mais que o ensino a distância seja vestido com uma nova roupa e maquiagem, em termos técnicos: plataforma, ele não deixa de trazer consigo elementos do ensino presencial, dentre eles o cerne da estratégia da escola militarizada: transmissão de conteúdo e controle.

Na verdade, indo um pouco além, atrevo-me a dizer que no que diz respeito à transmissão de conteúdo, as novas tecnologias dão conta disso melhor que o próprio professor, pois possuem recursos indiscutíveis, tais como: vídeos, fóruns e buscas otimizadas de conteúdo. Por isso, é importante resgatar o papel do professor como mestre, mas não aquele que impõe e transmite, mas o que intermedeia e orienta.

REFERÊNCIAS

- Decreto nº 5.622 de 19/12/2005, Decreto n.º 5622 (2005, 20 de dezembro) (Brasil). *Diário Oficial da União*. Recuperado de <https://legis.senado.leg.br/norma/566415>
- Lei nº 9.394 de 20/12/1996, Lei n.º 9394 (1996, 23 de dezembro) (Brasil). *Diário Oficial da União*. Recuperado de <https://legis.senado.leg.br/norma/551270>
- Corrêa, G. C. (2000). O que é a escola? Em M. O. Pey (Org.), *Esboço para uma história da escola no Brasil: algumas reflexões libertárias* (p. 51–84). Rio de Janeiro: Achiamé.
- Corrêa, G. C. (2006). *Educação, Comunicação, Anarquia: procedências da sociedade de controle no Brasil*. São Paulo: Cortez.
- Lima, L. O. (1975). *Estórias da Educação no Brasil: de Pombal a Passarinho*. Rio de Janeiro: Editora Brasília.
- Romanelli, O. O. (2009). *História da Educação no Brasil (1930/1973)*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- dos Santos, L. G. (1981). *Desregulagens: Educação, Planejamento e Tecnologia como Ferramenta Social*. São Paulo: Editora Brasiliense.
- Giolo, J. (2008). A Educação a Distância e a formação de professores. *Educ. Soc*, 29, 1211–1234.

Recuperado de <http://www.cedes.unicamp.br>

Guimarães-Iosif, R. (2009). *Educação, pobreza e desigualdade no Brasil: impedimentos para a cidadania global emancipada*. Brasília: Líber Livro.

Lévy, P. (1999). *Cibercultura*. São Paulo: Tradução de Carlos Irineu da Costa.

Informações do Artigo / Article Information

Recebido em: 07/06/2022

Received on June 7th, 2022

Aprovado em: 07/07/2022

Accepted on July 7th, 2022

Publicado em: 30/08/2022

Published on August, 30th, 2022

Conflitos de Interesse: Os(as) autores(as) declararam não haver nenhum conflito de interesse referente a este artigo.

Conflict of Interest: None reported.

Avaliação do artigo: Artigo avaliado por pares.

Article Peer Review: Double review.

Agência de Fomento: Não tem.

Funding: No funding.

Como citar este artigo / How to cite this article

APA

Silva, M. S. (2022). Um breve relato sobre a história da educação pela forma de Ensino a Distância no Brasil. *Rev. Mult. Amapá - REMAP*, 2 (1), 6-16.

ABNT

SILVA, M. S. Um breve relato sobre a história da educação pela forma de Ensino a Distância no Brasil. **Rev. Mult. Amapá - REMAP**, Macapá, v. 2, n.2, 2022.



Esta obra está licenciada com uma licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional.

¹ Extraído da dissertação: UM OLHAR SOBRE AS DINÂMICAS E PROCESSOS DAS DISCIPLINAS DE METODOLOGIA E ESTÁGIO NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES A DISTÂNCIA, defendida no ano de 2015 na Universidade Federal de Santa Maria – UFSM.

² Vale destacar que esse desejo se torna realidade muitos anos mais tarde, na forma da Lei nº 4.024/61.